peculiaridades do caso sob exame, deve-se acolher o argumento no sentido de que não houve prejuízo e considerar a falta de caráter meramente formal, visto como se é exato que a recorrida deixou de lançar o débito (Cr\$ 2.516,00) decorrente da emissão da nota fiscal n.º 176, também é exato que não escriturou como crédito o imposto destacado (Cr\$ 2.516,00) na nota fiscal n.º 1.100, atingindo «in casu» o mesmo resultado que seria alcançado por meio dos lançamentos regulamentares.

12. Isto posto, com a vênia do ilustre Juiz Relator, dou provimento ao pedido de revisão, relevando, porém, a multa, nos termos do artigo 534 do RICM aprovado pelo Decreto n.º 5.410/74 e declarando convalidado o procedimento do contribuinte.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) Alvaro Reis Laranjeira.

IMPORTAÇÃO — OPERAÇÃO ANTERIOR A SUA DEFINIÇÃO COMO HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA, EM LEI ESTADUAL — PEDIDO DE REVISÃO DA PARTE POSTULANDO, APENAS, A APLICAÇÃO DE MULTA DE MORA, AO INVÉS DA PUNITIVA — PROVIMENTO INTEGRAL, CANCELANDO-SE TRIBUTO E MULTA.

1. Em suas razões de pedido de revisão, o contribuinte sustenta que a decisão da E. 3.ª Câmara, negando a reconsideração, divergiu das decisões proferidas pela E. 6.ª Câmara, nos processos DRT-1 ns. 105677, 105678 e 91530, todos de 1969, porque manteve e multa de 35% sobre o valor da entrada de mercadorias importadas, sem o pagamento do ICM, conforme o inciso III, do artigo 158, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 47.763/67, com a redação decorrente do artigo 1.º do Decreto n.º 52.103/69, enquanto os paradigmas reduziram a multa a 30% do valor do imposto devido na importação, consoante o disposto no Decreto n.º 52.666/71. Argumenta que as operações foram devidamente escrituradas, e que a multa deve ser a moratória e não a punitiva.

2. Juntadas as cópias dos paradigmas, a TIT-13 esclareceu que contra dois deles foi interposto o pedido de revisão, com base em decisões das EE. 3.ª, 4.ª e 7.ª Câmaras.

3. O Ilustre Representante Fiscal, Dr. Heitor Mayer, é de parecer pela ocorrência da divergência necessária para o pedido de revisão. Quanto ao critério da fixação da pena, porém, entende que a decisão revisanda deve ser mantida, descabendo outra interpretação, à falta de pagamento e do lançamento como débito.

4. Designado relator em substituição do Dr. Marcos Diamante por motivo de afastamento a pedido, o Dr. Alípio José Quarentei provocou a juntada da decisão das EE. Câmaras Reunidas, no processo DRT-1 n.º 91534/69, que deu provimento ao pedido de revisão em que o contribuinte postulava a redução da multa a 30% do valor do imposto devido na importação, para o fim de julgar improcedente o auto, face à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, negando validade à cobrança do imposto sem lei estadual definindo a entrada de mercadorias importadas como hipótese de incidência.

5. Com o término do mandato dos juízes desta Casa, foi designado Relator o Dr. Luiz Fernando de Carvalho Accácio, e, em razão de seu

RESUMO DA DECISÃO: Pedido de revisão de julgado interposto pela TIT-13. Conhecido o pedido, e, no mérito, relevada a multa, nos termos do artigo 534 do RICM aprovado pelo Decreto n.º 5.410/74, convalidando-se o procedimento do contribuinte. Vencido, quanto ao mérito, o Sr. Levy Ramos, que era pelo restabelecimento da decisão de primeira instância, revendo a multa para Cr\$ 3.124,39. O Sr. Relator reformulou seu pronunciamento para acompanhar o Sr. Alvaro Reis Laranjeira, que votou em separado, tendo os Srs. José Manoel da Silva, Lafayette Soares de Paula, Paulo Celso Bergstrom Bonilha, Arthur da Silva Araújo Filho, Armando Casimiro Costa, José Joaquim Pinto de Miranda, Cyro Penna César Dias, Joaquim Carvalho Júnior, Moisés Akselrad, Aldo José Kuhl, Fernando José Labre de França e João Poço Parré adotado a conclusão do seu voto. Processo DRT-1 n.º 64158/71.

afastamento a pedido, os autos me foram distribuídos.

6. É o breve relatório.

VOTO

7. Conheço do recurso, por estarem satisfeitos os pressupostos legais.

8. A multa da decisão revisanda foi corretamente capitulada no inciso III do artigo 158 do Regulamento do ICM, anterior ao ora vigente, porquanto não se cuida de recolhimento espontâneo do imposto fora da época legal e antes de qualquer procedimento fiscal, para o qual o artigo 161 fixava a multa de 30%, como não se cuida do imposto por apuração, sujeito à declaração prevista na Lei n.º 10.396/70 e no Decreto n.º 52.666/71 e por expressa disposição à mesma multa de 30%, e como não se cuida também de operação regularmente escriturada nos livros fiscais próprios, para aplicação da multa de uma vez o valor do imposto, prevista no inciso I do artigo 158, seja na redação dada pelo Decreto n.º 52.103/69, seja na redação dada pelo Decreto n.º 52.666/71.

NOTAS FISCAIS INEFICAZES + CRÉDITO INDEVIDO, DECORRENTE DO SEU LANÇAMENTO — MULTAS CAPITULADAS NOS INCISOS XVI E VII, RESPECTIVAMENTE, DO ARTIGO 158, DO RICM ANTERIOR — DECISÃO DE CÂMARA JULGADORA, AMPARADA NA PORTARIA CAT N.º 10/73, MANTENDO, APENAS, A ACUSAÇÃO SEGUNDA, QUE ABSORVEU A ACUSAÇÃO PRIMEIRA — CONCOMITANTES PEDIDOS DE REVISÃO DA PARTE E DE INSPETOR FISCAL — PROVIMENTO PARCIAL E DESPROVIMENTO, RESPECTIVAMENTE.

1. A recorrente-recorrida foi autuada sob a acusação de ter recebido mercadorias acompanhadas por notas fiscais ineficazes e ter, com base «nas referidas notas fiscais» lançado crédito indevido, sendo o auto julgado procedente e aplicada a multa de Cr\$ 61.687,30, nos termos dos incisos VII e XVI, do artigo 158, do RICM anterior, sem prejuízo do recolhimento do imposto de Cr\$ 13.796,02.

2. A E. 3.ª Câmara, vencidos o ilustre Juiz, Dr. Paulo Celso Bergstrom Bonilha, que negava provimento ao recurso e o ilustre Juiz, Dr. Madio Chiarella, que julgava improcedente a ação fiscal, subscreveu o voto que, em 8 de outubro de 1973, exarei a folhas:

9. A operação registrada como isenta do imposto no qual incidia, não pode ser considerada regularmente escriturada. Se ao contribuinte tivesse faltado tão-só o recolhimento por guia especial, do valor do tributo, é que se poderia falar em operação regularmente escriturada.

10. Com a superveniência do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.410/74, a multa deveria ser revista para 50% do valor do imposto, consoante o artigo 491, inciso I, alínea «d».

11. Contudo, face à jurisprudência pacífica do E. Supremo Tribunal Federal, reconhecida inclusive pela Administração através de despacho de homologação do Sr. Coordenador da Administração Tributária, no processo DRT-1 n.º 96042/69, e considerando que o processo administrativo fiscal, em nosso sistema, não produz qualquer limitação ao processo judicial, impõe-se o cancelamento da exigência do imposto e da multa, por se tratar de importação anterior à sua definição como hipótese de incidência, em lei estadual.

12. Nesses termos, conhecendo do recurso, dou-lhe provimento, para o fim de cancelar a exigência do imposto e da multa.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) Márcio Coelho Lessa, Relator.

RESUMO DA DECISÃO: Pedido de revisão de julgado apresentado pela interessada. Conhecido o pedido, e, no mérito, cancelada a exigência do imposto e da multa. Os Srs. José Manoel da Silva, Lafayette Soares de Paula, Paulo Celso Bergstrom Bonilha, Arthur da Silva Araújo Filho, Armando Casimiro Costa, Jair Norivaldo de Figueiredo, Madio Chiarella, Alvaro de Sá, Arnaldo Tirone, Orlando Domeneghetti, Alvaro Reis Laranjeira, Serafim de Camargo Duarte, Vicente Pessoa Monteiro, Aurelino Pires de Campos Nóbrega, José Joaquim Pinto de Miranda, Cyro Penna César Dias, Joaquim de Carvalho Júnior, Moisés Akselrad, Aldo José Kuhl, Fernando José Labre de França, João Poço Parré, José Eduardo Soares de Melo, Alexandre Aparício Scigliano e Antônio Pinto da Silva, adotaram a conclusão do Sr. Relator. Processo DRT-1 n.º 1538/70.

«Data vênia», a falta consistente no lançamento de entrada de mercadorias, acobertada por documentação ineficaz, é de ser considerada absorvida pela acusação relativa ao crédito indevido. Dou, assim, provimento parcial ao recurso para manter apenas a multa prevista no inciso VII, do artigo 158, do RICM, sem prejuízo do recolhimento da importância creditada indevidamente, a título de estorno».

3. Daí, os pedidos de revisão interpostos, pela autuada, que aponta como divergentes as decisões prolatadas nos processos DRT-1 n.º 107523/68 e DRT-1 n.º 19531/71, pelo Sr. Inspetor Fiscal, que indica como